



Art. 171 – Estelionato

Érico Palazzo (@ericopalazzo)

Código Penal

Art. 171 (...)

§ 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for:

I - a Administração Pública, direta ou indireta;

II - criança ou adolescente;

III - pessoa com deficiência mental; ou

IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.

É necessária a representação nos estelionatos praticados antes da Lei n.º 15.397/26 entrar em vigor?

Sim! Uma vez que a alteração da regra de procedibilidade da ação penal é uma norma de natureza híbrida e, portanto, segue a regra da irretroatividade da *novatio legis in pejus*.

Assim, somente estelionatos praticados a partir de 04/05/2026 não dependem da representação da vítima.

1) (FGV - 2022 - TJ-MS - Analista Judiciário - Área Fim) Logo após alugar um imóvel residencial, Cosme, valendo-se de seus conhecimentos na área de engenharia elétrica, resolveu adulterar o medidor de consumo de energia do imóvel, fazendo com que o aparelho não registrasse o consumo em determinados momentos, alternados com períodos em que o consumo era menor do que o efetivamente realizado. Do ponto de vista jurídico-penal, a conduta de Cosme pode ser classificada como:

- a) furto simples;
- b) furto de energia;
- c) estelionato;
- d) furto qualificado pela fraude;
- e) furto de energia qualificado pela fraude.

2) (FGV - 2024 - ENAM - Exame Nacional da Magistratura - ENAM (2024.2) Antônio assistia a uma série televisiva noturna, quando foi surpreendido pelo inesperado toque da campainha de sua casa. Ao atender a porta, deparou-se com o funcionário de uma renomada loja de vinhos, que indagou se aquele seria o endereço para onde havia sido pedido por João da Silva uma celebrada garrafa de vinho, já devidamente paga por Pix pelo destinatário, no valor de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Percebendo o erro, mas dominado pela vontade de degustar a bebida, Antônio confirmou falsamente ser ele o autor da encomenda, dando ainda como correto o endereço, o que fez com que a garrafa fosse, em seguida, a ele voluntariamente entregue, sendo consumida por Antônio antes do engano ser percebido pela loja vendedora do produto e por seu funcionário. Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônio responderá por furto qualificado pela fraude.
- b) Antônio responderá por crime de estelionato.
- c) Antônio responderá por crime de apropriação indébita simples.
- d) Antônio responderá por apropriação indébita de coisa alheia havida por erro.
- e) Antônio responderá por furto qualificado pela destreza.

3) (IDECAN - 2026 - PC-SC - Agente de Polícia Civil) Em maio de 2022, Rodrigo, 62 anos de idade, casado, contador, mediante ardil, induz em erro Luciana, 61 anos de idade, divorciada, médica, e obtém, para si, vantagem ilícita em prejuízo de Luciana, gerando relevante resultado gravoso. Com base nos fatos narrados, marque a afirmativa correta.

- a) Rodrigo praticara o crime de estelionato com a incidência da majorante de um terço até o dobro por ter tido como vítima pessoa idosa.
- b) Rodrigo praticara o crime de estelionato com a incidência da majorante de um terço até a metade por ter tido como vítima pessoa idosa.
- c) Rodrigo praticara o crime de estelionato com a incidência da majorante de um sexto até a metade por ter tido como vítima pessoa idosa.
- d) Rodrigo praticara o crime de estelionato sem a incidência da majorante de um terço até o dobro por não ter tido como vítima pessoa idosa.
- e) Rodrigo praticara o crime de estelionato com a incidência da majorante de um terço a dois terços por ter tido como vítima pessoa idosa.

4) (Q3558741 - Prova: FGV - TJ MT - Oficial de Justiça – 2024) Zelda, empresária de 60 anos de idade, copiou a assinatura de seu namorado, Bento, em procuração. Bento tem 18 anos de idade, é analfabeto e reside na zona rural do município X. Embora grosseira e perceptível, a falsificação permitiu que Zelda alcançasse seu objetivo de sacar dinheiro da conta bancária de Bento para si. Diante de tal situação hipotética, Zelda deve responder pela prática do crime de

A) falsificação de documento particular.

B) falsificação de documento público.

C) apropriação indébita.

D) abuso de incapaz.

E) estelionato.

5) (FUNDATEC – 2018 – PCRS – Delegado - adaptada)

O silêncio pode ser meio de execução do crime de estelionato, que pode se configurar, portanto, através de uma conduta omissiva.

6) (CESPE - 2017 - TRE-BA - Analista Judiciário – Área Judiciária) Acerca do crime de estelionato, julgue os seguintes itens.

I Em se tratando de crime de estelionato cometido contra a administração pública, não se aplica o princípio da insignificância, pois a conduta que ofende o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública possui elevado grau de reprovabilidade.

II Aplica-se a regra do concurso material de delitos a crime de estelionato previdenciário cometido por um só agente após o óbito do segurado, tendo esse agente efetuado saques mensais de prestações previdenciárias por meio de cartão magnético.

III Extingue-se a punibilidade do delito de estelionato previdenciário se o agente devolver a vantagem ilícita recebida à Previdência Social antes do recebimento da denúncia.

a) Apenas o item I está certo.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

b) Apenas o item II está certo.

e) Todos os itens estão certos.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

7) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MPC-SC - Procurador de Contas do Ministério Público)
Acerca dos crimes contra a previdência e a seguridade social, julgue o item seguinte.

A pena pelo crime de estelionato é aumentada de um terço se a conduta for cometida em detrimento do Instituto Nacional de Seguridade Social.